

BRASIL / CRISE

6

Brasília, quarta-feira,
7 de outubro de 1998

CORREIO BRAZILIENSE

EDITOR: José Negreiros SUBEDITORES: Nelson Oliveira e Verene Wolke Telefone: (061) 342-1190/342-1191 Fax: (061) 342-1155 E-mail: economia@cbdata.com.br

GOVERNO GANHA APOIO PARA ADOPTAR MEDIDAS AMARGAS

ACM ACEITA IMPOSTO MAIOR

Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

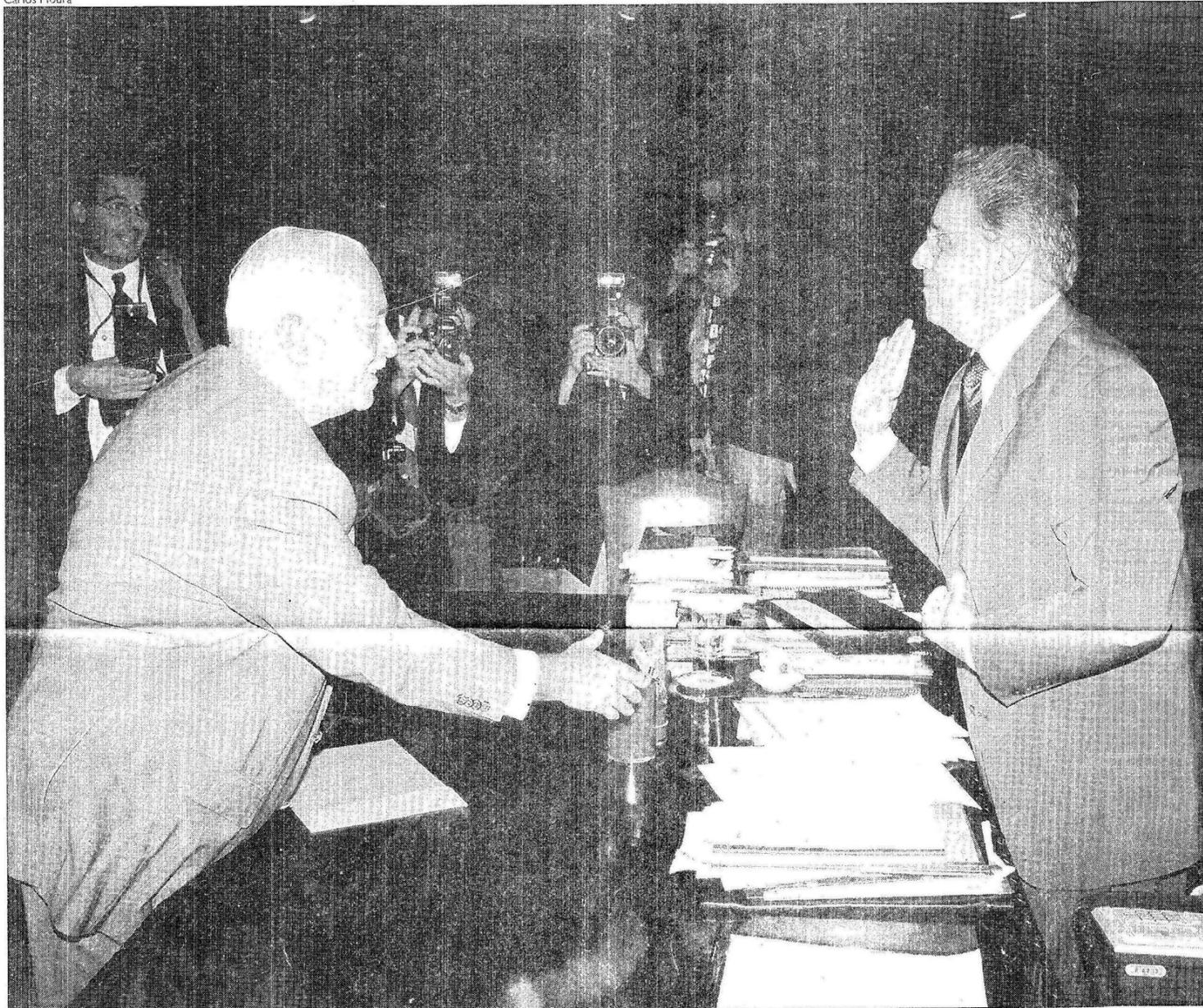
O presidente Fernando Henrique Cardoso deve anunciar hoje à noite as linhas gerais do programa de ajuste fiscal que será enviado ao Congresso este mês. Aproveitando o pronunciamento em que comentará a sua reeleição no primeiro turno, o presidente reafirmará a disposição do governo de cortar gastos ao máximo. Quanto ao aumento de impostos, o presidente deverá dizer que é a última opção a ser escolhida para garantir o ajuste, antecipando, dessa forma, o provável aumento da carga tributária.

Os termos do pronunciamento foram discutidos ontem entre Fernando Henrique e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. "Ele vai se referir em termos genéricos ao ajuste", adiantou o senador, que já está defendendo o aumento de impostos como saída extrema para equilibrar as contas públicas e debelar a crise de confiança por que passa o País. Em novembro do ano passado, Antonio Carlos chegou a liderar a resistência no Congresso ao aumento do Imposto de Renda, um dos itens do pacote baixado pelo governo para proteger o real diante da crise da Ásia.

O Congresso acabou aumentando o Imposto de Renda, com as mudanças exigidas por Antonio Carlos, que pouparam os contribuintes de menor poder aquisitivo. A retomada da crise depois da moratória russa obrigou o senador a mudar de idéia. Ele admitiu ontem que poderá haver aumento de impostos, e chegou a eleger a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com alíquota maior, como a hipótese mais viável para diminuir o déficit público. "Aumentar impostos é sempre a pior solução. Mas entre o Brasil quebrar e aumentar impostos, temos que aumentar impostos", disse ontem o senador.

Segundo Antonio Carlos, o ideal não seria tornar a contribuição um imposto permanente, como pre-

Carlos Moura



ACM, com Fernando Henrique: presidente do Senado diz que aumentar impostos não é a melhor solução, mas admite a elevação da CPMF para salvar o Brasil

tendia a equipe econômica, mas prorrogar sua vigência. Esse caminho acenaria com uma queda na alíquota no futuro. O governo estuda uma elevação da atual alíquota de 0,2% para até 0,5%. "A CPMF tem a grande vantagem de ser um imposto limpo. Não tem máquina administrativa para fazer a arrecadação. É mais fácil ir por aí", defendeu o senador.

Apesar da disposição de Antonio Carlos para aprovar um aumento na CPMF, o governo deverá lidar com resistências na sociedade e impacto na economia. Segundo Adelmir Santana, vice-presidente da Federação do Comércio do Distrito Fede-

ral, uma farmácia de porte médio, que movimenta R\$ 60 mil por mês, paga R\$ 120 de CPMF. Um aumento da alíquota de 0,2% para 0,5% elevaria a contribuição para R\$ 300 — valor mais do que suficiente para pagar um funcionário com salário mínimo (R\$ 130), incluindo todos os gastos sociais. Esses mesmos R\$ 60

mil saem aos poucos dos bolsos de clientes que compraram remédios e pagaram a CPMF.

Além do aumento de impostos, Antonio Carlos listou como pontos de um esforço para o ajuste das contas públicas os cortes de gastos e as reformas constitucionais. O senador defendeu uma revisão em

todos os subsídios governamentais — que chegam a R\$ 16 bilhões — e até a extinção de órgãos como a Sudene, que classificou de "obsoleta e anacrônica". Tratou como prioridade a reforma da Previdência e defendeu como prerrogativa do Congresso a definição dos cortes no Orçamento, a partir de uma meta fixada pelo governo: "O Congresso é quem deve cortar porque sabe quais são as prioridades".

ALTERNATIVA

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), também reconheceu que poderá haver necessidade de aumento de impostos e que o Congresso está preparado para essa discussão. Segundo ele, antes de recorrer a essa medida, o governo deve buscar o aumento do número de contribuintes e esgotar formas de combate à sonegação.

Na próxima semana, o PMDB se reúne com economistas do partido para discutir a crise. "Se houver uma demonstração evidente de que é preciso aumentar impostos, será preferível que não sejam atingidos os assalariados e o setor produtivo", disse Temer, pregando ainda um entendimento entre governo e oposição em torno da reforma tributária. Para o deputado, essa é uma reforma perseguida por toda a sociedade e esse desejo deve influenciar o Congresso.

Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer começam ainda esta semana a montar a agenda do Congresso para este fim de ano. As votações só devem começar depois do segundo turno das eleições estaduais. O programa de ajuste fiscal para os próximos três anos será encaminhado ao Congresso ainda este mês e representa a base para um entendimento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. Com as medidas, que devem incluir aumento de impostos, como a CPMF, e cortes orçamentários, o governo espera atingir a meta de um superávit primário em 1999 de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a cerca de R\$ 20 bilhões.

